

# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO 2013-2016 QUADRIENAL 2017

## IDENTIFICAÇÃO

**ÁREA DE AVALIAÇÃO:** Ciência de Alimentos

**COORDENADOR DE ÁREA:** Maria Angela de Almeida Meireles

**COORDENADOR-ADJUNTO DE ÁREA:** Sandra Regina Salvador Ferreira

**COORDENADOR-ADJUNTO DE MP:** Luíza Helena Meller da Silva

I. AVALIAÇÃO 2017 - CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	2
II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A “FICHA DE AVALIAÇÃO” .....	3
II.1 – Cursos Acadêmicos.....	3
II.2 – Cursos Profissionais.....	5
III. CONSIDERAÇÕES SOBRE: .....	5
III.1 – QUALIS PERIÓDICOS.....	5
III.1 – CLASSIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO TÉCNICA .....	6
IV. FICHA DE AVALIAÇÃO .....	12
IV.1 - PROGRAMAS ACADÊMICOS.....	12
1 – Proposta do Programa .....	12
2 – Corpo Docente .....	13
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações .....	13
4 – Produção Intelectual .....	14
5 – Inserção Social.....	15
IV.2 - MESTRADOS PROFISSIONAIS .....	16
1 – Proposta do Programa .....	16
2 – Corpo Docente .....	17
3 – Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão .....	18

4 –	Produção Intelectual .....	18
5 –	Inserção Social.....	19
V.	CONTEXTUALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL E INDICADORES CONSIDERADOS NA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 e 7.....	20
VI.	SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO COM TRIÊNIOS ANTERIORES .....	22
	2010 e 2013 .....	22
VI.1 -	PROGRAMAS ACADÊMICOS de Mestrado e Doutorado.....	22
VI.2 –	Cursos de Mestrado Acadêmico .....	31
VI.1 -	Cursos de Mestrado Profissional.....	33
VI.4 -	Conclusões.....	34

## I. AVALIAÇÃO 2017 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

O processo avaliativo da área de Ciência de Alimentos (CALIM) foi realizado com foco predominante no discente, tendo em vista que a formação de recursos humanos é a missão dos Cursos e/ou Programas de Pós-Graduação (PPG). Portanto, este processo não consistiu de uma avaliação individual dos docentes pesquisadores ou de seus grupos de pesquisa. Para a avaliação, os PPGs foram organizados em três grupos: PPG com cursos de mestrado (ME) e doutorado (DO) acadêmicos, designados por ME/DO, PPG com curso de ME e PPG com curso de mestrado profissional (MP). O acompanhamento da avaliação foi feito pela coordenação de área, sendo conduzido conforme os grupos indicados anteriormente. Coube à Coordenadora de Área a condução da discussão geral sobre as notas atribuídas aos PPGs que ofertam ME e DO, num total de 32 PPGs. A discussão geral sobre as notas dos 11 cursos de ME foi conduzida pela Coordenadora-Adjunta de Área. E, a discussão sobre as notas dos 8 cursos de MP foi organizada pela Coordenadora-Adjunta de MP e pelo consultor convidado para a avaliação dos MP; esta mesma comissão fez a análise do MP em acompanhamento. A Coordenadora-Adjunta de Área e a Coordenadora de Área analisaram os 7 MEs em acompanhamento.

O processo avaliativo teve início logo após a divulgação da composição da Comissão de Avaliação. A primeira etapa da avaliação consistiu na análise dos quesitos 1 e 5 da Ficha de Avaliação dos PPGs acadêmicos; para os MP o início da avaliação consistiu na elaboração de um QUALIS – Tecnológico para balizamento da produção tecnologia e técnica dos cursos.

Para a avaliação da Proposta do Curso (Quesito 1) e da Inserção Social (Quesito 5) a Coordenação de Área elaborou fichas de avaliação contendo indicações que permitissem a avaliação sem discrepância pelos diversos consultores. O detalhamento dos critérios encontra-se no item IV. FICHA DE AVALIAÇÃO às páginas 11-19. Os consultores preencheram os Quesitos 1 e 5 remotamente, a Coordenação de Área fez todos os cálculos para os Quesitos 2, 3 e 4. Para o Quesito 2, o item 2.1a) Percentual de DP com formação, perfil acadêmico, área de atuação e experiência, coerentes com a proposta do PPG foi preenchido pelos consultores após discussão da comissão. Foi consensual que a formação do CDP é adequada às necessidades do PPG para os programas consolidados ou em vias de se consolidarem, muito embora, em cursos novos observamos que

ocorreram modificações substanciais do CPD, devido a demissões. Em alguns PPGs já consolidados, observamos que as alterações substanciais foram devidas à aposentadorias de docentes; ainda que muitos permaneçam como DPs em seus PPGs de origem, e também a participação de JDPs (– Jovens Docentes Permanentes).

## II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A “FICHA DE AVALIAÇÃO”

### II.1 – Cursos Acadêmicos

Ao Quesito 1 da Ficha de Avaliação – Proposta do Programa não foi atribuído peso. Este quesito é essencial para a adequada avaliação do PPG. Portanto, foi incluído no Documento de Área, divulgado em 16/12/2016, o seguinte texto com as diretrizes para o preenchimento das informações do QUADRIÊNIO 2013 – 2016 na Plataforma Sucupira:

*“É fundamental que a grade curricular seja explicitada e contemple as áreas de concentração e suas linhas de pesquisa, bem como, que os critérios de avaliação nas disciplinas sejam claros. As diretivas para o credenciamento e descredenciamento do corpo docente (CD) devem ser detalhadas. Incluir na auto-avaliação do programa os pontos positivos e os negativos; no caso, dos pontos negativos esclarecer quais medidas foram tomadas para sua correção e qual é o estimado prazo para solucionar este(s) problema(s). Discorrer sobre a inserção do PPG no cenário institucional, regional, nacional e internacional. Descrever o apoio institucional ao PPG. Informar quais são as ações que o PPG promove para a formação integral dos discentes tais como, participação na elaboração de projetos de pesquisa, nos programas de apoio ao ensino, coordenação de pesquisas de graduandos, parcerias com pós-graduandos do PPG ou outros PPG, avaliação de projetos e relatórios de projetos de pesquisa de graduandos, avaliação de apresentações do PIBIC, etc. Atualização das linhas de pesquisa e projetos de pesquisa do PPG (Atenção: devem ser projetos de pesquisa do PPG e não projetos individuais dos docentes). Espera-se um corpo docente (CD) que demonstre independência intelectual e capacidade de captação de recursos. A área recomenda um corpo docente formado com um mínimo de 10 docentes permanentes (DP), até 20% de DC (docente colaborador) e que 60% dos DP tenham dedicação exclusiva ao PPG. O corpo docente deve atender aos critérios de credenciamento do programa e ao número máximo de orientações recomendado pela área que é de 10 considerando-se discentes de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado.*

*Uma área multidisciplinar como a CALIM possui inúmeras áreas afins, no entanto, ao declarar as produções o PPG deve informar apenas as oriundas de pesquisas com aderência às suas áreas de concentração e linhas de pesquisa. As bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq devem ser informadas, mas não serão consideradas nos critérios de avaliação, pois a CALIM reconhece que existe uma demanda reprimida que, não permite a entrada no sistema de novos pesquisadores ainda que estes tenham reconhecimento para tal. Espera-se que pelo menos dois docentes permanentes de cursos de Mestrado (20%) e quatro de cursos de Doutorado e Mestrado (40%) tenham o perfil de pesquisadores bolsistas de produtividade em*

*pesquisa do CNPq. Para esta análise, serão considerados os critérios para a definição dos bolsistas de produtividades e pesquisa da área de Alimentos do CNPq.*

*Os programas devem incentivar o credenciamento dos docentes jovens e dos recém contratados (JDP – Jovens Docentes Permanentes). Todo o apoio deve ser dado aos jovens, como apoio institucional, espaço físico, apoio financeiro por parte da instituição, credenciamento e regras menos rígidas para que os mesmos sejam considerados permanentes. Nesta avaliação, a produção intelectual qualificada (que foi feita em termos de produção com discentes autores) foi calculada dividindo-se a produção do PPG pelos DP, excluindo-se os jovens docentes permanentes. Para o quadriênio 2013-2016 foram considerados como jovens docentes permanentes aqueles que defenderam o doutorado a partir de 2012, incluindo 2012, ou, os docentes que tenham sido contratados a partir de 2013, que não tenham ainda orientações concluídas. Vários indicadores na ficha de avaliação apresentam o número de docentes permanentes no denominador. Em todos eles, não foram considerados os jovens docentes permanentes no denominador ( $DP = DP \text{ total} - JDP$ ). Os PPGs deveriam ter indicado, no quesito Proposta do Programa, quais docentes deveriam ser classificados como JDP, nem todos os programas fizeram este destaque. Aos consultores coube a decisão de avaliar se alguns dos DPs deveriam ou poderiam ser tratados como JDPs; isto foi feito. Ou seja, sempre que necessário, a Comissão Avaliadora deliberou, de forma colegiada, em sentido de favorável aos PPGs.*

*Por outro lado, a CALIM desestimula o credenciamento/descredenciamento de docentes durante o quadriênio por baixa produtividade: se o docente é descredenciado durante o quadriênio deve ser feita uma justificativa que permita à CALIM entender as razões do descredenciamento. Foi observado que todos os PPGs seguiram à orientação da CALIM, não havendo necessidade, em relação a este tópico, da comissão alterar a composição do CDP.*

*A produção qualificada dos PPG 5, 6 e 7 deve ser robusta e com produção qualificada em sua subárea, ou seja, na(s) área(s) de concentração(ões) e linhas de pesquisa do PPG.”*

Os principais indicadores de cada um dos quesitos da ficha de avaliação foram baseados essencialmente no desempenho discente (produção de artigos - com discentes e egressos até 5 anos, patentes, defesas de teses e dissertações, livros e capítulos de livros, atividades voltadas ao ensino, etc.).

O subitem 3.3 a) também demandou um esforço de contagem *in loco* da Comissão de Avaliação; portanto, a recomendação para o próximo quadriênio é que esta informação seja explicitada pelos PPGs no campo “Informações Adicionais” anualmente. No caso do subitem 4.2 d) que trata dos equivalentes A1 para artigos publicados em veículos classificados nos estratos B3 a B5 sem discente autor, recomenda-se a sua eliminação para a próxima avaliação em sintonia com o Item 4.1. Recomenda-se também a eliminação dos subitens 4.1 b) e 4.1 d) por serem complementares aos subitens 4.1 a) e 4.1 c); pois, com isto a produção do PPG seria mais valorada. As produções sem autor discente podem e devem ser utilizadas, mas, na análise das parcerias dos PPGs com outras Instituições nacionais e/ou internacionais.

Observou-se que algumas informações estavam incompletas impedindo o cálculo de alguns indicadores; nestas situações a Comissão optou por ou eliminar o subitem caso do Item 4.3 d) que consta do Documento de Área de 16/12/2016. Note-se que as informações sobre concessão de patentes e licenciamento

de know-how não foram preenchidas pelos PPGs de forma completa, tendo-se então, identificado que este ponto deve merecer, para o próximo quadriênio, atenção especial dos PPGs.

As Comissões formadas durante o Seminário de Meio Termo (SMT) apresentaram seus resultados em reunião de Coordenadores realizada no dia 10 de novembro de 2015, Campinas, SP, durante o evento SLACA – 2015. Todas as sugestões para modificações na sistemática de elaboração do QUALIS e em itens de avaliação dos quesitos da Ficha de Avaliação para a Quadrienal 2017 foram extensivamente discutidas. Neste sentido, tanto a metodologia aprovada pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) para elaboração do QUALIS da CALIM quanto algumas modificações sugeridas na Ficha de Avaliação foram incorporadas, respeitando-se, os limites e políticas amplamente discutidas nas reuniões do CTC-ES.

## II.2 – Cursos Profissionais

Com base na planilha encaminhada pela CAPES, a comissão supervisionada pela Coordenadora-Adjunta dos MPs, Profa. Dra. Luíza Helena Meller da Silva e Prof. Dr. Maurilio Lopes Martins iniciaram a avaliação remotamente definindo e estabelecendo critérios para estratificar a produção técnica e tecnológica, conforme preconizado pela CAPES nos estratos de T1 a T5. Para iniciar a classificação identificaram-se quais produtos tecnológicos foram utilizados pelos MPs para divulgarem seus resultados; em seguida, verificaram-se quais destes produtos constavam da Planilha de Dados disponibilizada pela DAV para a avaliação que fornecia indicadores e/ou permitia os cálculos destes. A partir disso, a estratificação a mostrada na Tabela 1, foi atribuída considerando-se sua relevância para o mestrado profissional.

**Tabela 1: QUALIS Tecnológico 2017**

Estrato	Pesos	Produto
T1	100	Patente/Desenvolvimento de Produto
T2	80	Produção de material didático/Serviços técnicos
T3	65	Cursos de curta duração/Apresentação de trabalho
T4	35	Editoria/Participação em organização de eventos
T5	15	Programas e rádio e TV/Relatório de pesquisa/Cartas e mapas/Outros

## III. CONSIDERAÇÕES SOBRE:

### III.1 – QUALIS PERIÓDICOS

O QUALIS da CALIM foi modificado drasticamente em 2016. Esta modificação foi feita após ampla discussão com a área e análise dos procedimentos adotados em diversas áreas de avaliação da CAPES. A modificação consistiu basicamente em reconhecer que ainda que a CALIM seja de natureza multidisciplinar, enquanto área de avaliação deveria ter um foco comum bastante bem entendido pela comunidade que faz a

área. Neste sentido, o foco da área é o estudo dos vários aspectos que envolvem a transformação de uma matéria-prima em alimento. Estes aspectos incluem várias áreas da ciência básica, em geral agrupadas sob a denominação de Ciência de Alimentos, neste grupo encontramos os estudos fortemente apoiados na química, bioquímica e microbiologia de alimentos. Outros aspectos mais voltados para a conservação e o processamento da matéria-prima incluem tanto a engenharia, mais voltada para o desenvolvimento de equipamentos, quanto a tecnologia de alimentos, mais voltada para o desenvolvimento de produtos. As três áreas mencionadas anteriormente, requerem meios de controle da qualidade do produto final considerando-se qualidade do ponto de vista amplo englobando tanto os aspectos sensoriais e de aceitação do produto pelo consumidor, quanto aos aspectos da segurança do produto e sua qualidade nutricional. Numa definição leiga, a área de Ciência de Alimentos, que poderia ser mais bem entendida se denominada de Ciência, Engenharia e Tecnologia de Alimentos, trata da matéria-prima até o consumo do alimento, mas, não trata necessariamente da bioquímica nutricional envolvida no metabolismo do alimento, esta mais afeita à área de Nutrição.

Existem sobreposições importantes da área de Ciência de Alimentos com outras áreas de avaliação da CAPES. No entanto, as diferenças existem e devem ser explicitadas na medida do possível. Estas reflexões estão detalhadas nos Relatórios QUALIS disponibilizados em 25/9/2016 e 30/3/2017. O novo QUALIS foi muito bem recebido pelos PPGs da CALIM em manifestações nas reuniões de Coordenadores realizadas em 10/11/2015 em Campinas durante o XI SLACA<sup>1</sup> e em 25/10/2016 em Gramado durante o XXV CBCTA. Na reunião de 21/9/2014 em Aracajú durante o XXIV CBCTA<sup>2</sup>, a primeira do quadriênio, ficou estabelecido que o QUALIS CALIM deveria ser modificado. No Seminário de Meio Termo realizado em 6 e 7 de agosto de 2015, na CAPES, novamente o assunto QUALIS foi debatido exaustivamente. Adicionalmente, as manifestações quanto à necessidade de alterar os procedimentos até então empregados pela CALIM para a elaboração do QUALIS periódicos, e as manifestações de apoio colhidas durante as inúmeras reuniões ocorridas desde 2014 com os vários PPGs: UNIRIO, UFRJ, UFRRJ, IFRJ, UFC, FUFSE, IFGoiano, UFLA, UFMG, UFPA, UFPB, UEL, UEM, FUFPI, UNICAMP, UPF, UFSC, UFRPE. Note-se que, para um único PPG a nova metodologia não atendeu às expectativas do CD. Este, na Proposta do Programa indica que está passando por uma fase de reestruturação para melhor refletir seu atual CD, mas, manteve, em sua proposta, as duas áreas de concentração, a saber, Bromatologia e Nutrição Experimental. As publicações qualificadas deste PPG, ainda que com fator de impacto alto, estão, na CALIM, classificados como B3. Isto indica que o sobreposição das atividades de pesquisa com a área de avaliação Nutrição da CAPES é grande. Para equacionar este problema, a Comissão de Avaliação neste caso específico analisou não só a classificação da produção intelectual no QUALIS da CALIM, mas também a sua qualidade medida através do fator de impacto. Novamente, a decisão foi colegiada e consensual, resultando em que este PPG não tenha sido recomendado para a reclassificação no grupo de PPGs com notas 6 e 7.

### III.1 – CLASSIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO TÉCNICA

A Coordenação da CALIM tentou elaborar um QUALIS Tecnológico considerando que por se tratar de área de ciência experimental as produções tecnológicas bem qualificadas devem ser valoradas pela área. Mas, tendo dispendido esforços no sentido de atualizar o Documento de Área segundo as novas características

---

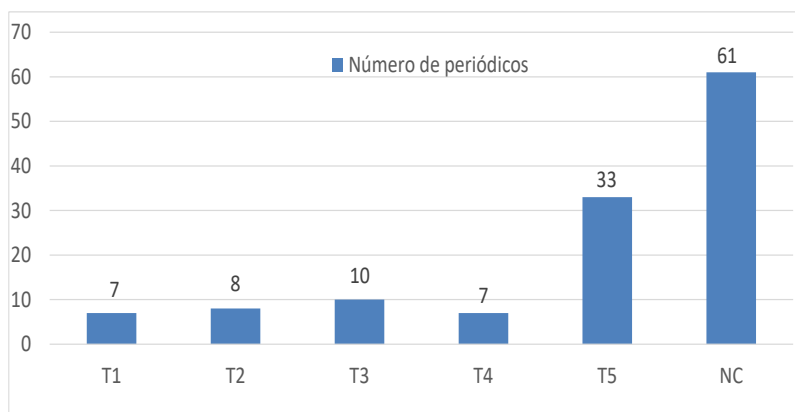
<sup>1</sup> Simpósio Latino Americano de Ciência de Alimentos.

<sup>2</sup> Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos.

desta, atualizar o QUALIS periódicos e estabelecer uma metodologia para a avaliação dos cursos de mestrado profissionais não foi possível a elaboração com a devida antecedência do QUALIS Tecnológico.

A Comissão de Avaliação dos MPs elaborou um QUALIS Tecnológico, que nesta QUADRIENAL foi empregada apenas na avaliação dos MPs. Para os PPGs e cursos acadêmicos a produção tecnológica foi avaliada através da contagem do número total de produções tecnológicas/técnicas conforme o item 4.3 no qual contabilizou-se o as produções técnicas informadas na Plataforma Sucupira. Note-se que as informações sobre concessão de patentes e licenciamento de know-how não foram preenchidas pelos PPGs de forma completa, tendo-se então, identificado que este ser ponto deve merecer para o próximo quadriênio atenção especial.

Os veículos classificados no QUALIS periódicos como não periódicos científicos (NPC) foram reavaliados, para incorporação ou não em um QUALIS Tecnológico – periódicos de divulgação que foi utilizado na CALIM para avaliação dos mestrados profissionais. A estratificação seguiu a normativa do mestrado profissional (T1 a T5). Para classificar as produções (Veja Tabela 2) adotou-se os seguintes critérios: i) T1 = Revistas da área de alimentos de forte apelo profissional sem fator de impacto e de circulação nas indústrias de alimentos; ii) T2 = Revistas das diversas áreas do conhecimento que estão relacionadas às pesquisas realizadas pelos programas; iii) T3 = Revistas da área com temas relevantes de áreas afins; iv) T4 = Revistas mais gerais e pouco conhecidas e citadas na área de alimentos; v) T5 = Revistas com pouca afinidade com a área de alimentos; vi) NC = Revistas não classificadas por não terem afinidade com a CALIM. Os 126 veículos classificados como NPC quando da elaboração do QUALIS Periódicos da CALIM, 61 foram classificadas como C (fora da área), 7 em T1, 8 em T2, 10 em T3, 7 em T4 e 33 em T5 (Figura 1).



**Figura 1: Número de periódicos de divulgação de produção técnica e tecnológica por estrato**

**Tabela 2: QUALIS Tecnológico – revistas de divulgação**

ISSN	ISSN-L	VEICULO	ESTRATO
0103-4235	0103-4235	ALIMENTOS E NUTRIÇÃO (UNESP. MARILIA)	T1
2306-5710	2306-5710	BEVERAGES	T1
0101-9171	0101-9171	HIGIENE ALIMENTAR	T1
1807-9733	1807-9733	LEITE & DERIVADOS	T1
2238-6416	0100-3674	REVISTA DO INSTITUTO DE LATICÍNIOS CÂNDIDO TOSTES	T1
1808-8023	1808-8023	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	T1
1518-417X	1518-417X	TEC CARNES (CAMPINAS)	T1
2406-6168	0567-7572	ACTA HORTICULTURAE	T2
2473-0696		ANNALS OF CHROMATOGRAPHY AND SEPARATION TECHNIQUES	T2
1022-1301	1022-1301	ARCHIVOS LATINOAMERICANOS DE PRODUCCIÓN ANIMAL	T2
1679-172X	1679-172X	FI. FOOD INGREDIENTS	T2
1678-7250	1678-7250	INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS	T2
2141-5463	2141-5463	INTERNATIONAL RESEARCH JOURNAL OF MICROBIOLOGY (IRJM)	T2
1982-2871	1982-2871	TECNOLOGIA & CIÊNCIA AGROPECUÁRIA	T2
0328-4158	0328-4158	TECNOLOGÍA LÁCTEA LATINOAMERICANA	T2
1677-3055	1677-3055	ANALYTICA (SÃO PAULO)	T3
1516-3105	1516-3105	AVICULTURA INDUSTRIAL (PORTO FELIZ. IMPRESSO)	T3
2316-5200	2316-5200	BIOCHEMISTRY AND BIOTECHNOLOGY REPORTS	T3
2238-4200	2238-4200	CONTEXTOS DA ALIMENTAÇÃO	T3
2238-913X	2238-913X	DEMETRA: ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO & SAÚDE	T3
2167-0447	2167-0447	INTERNATIONAL JOURNAL OF AGRICULTURAL SCIENCES	T3
2155-9821		JOURNAL OF BIOPROCESSING & BIOTECHNIQUES	T3
1981-8521	1981-8521	REVISTA PROCESSOS QUÍMICOS	T3
1809-2667	1415-2843	VÉRTICES	T3
1817-5082	1817-3047	WORLD JOURNAL OF AGRICULTURAL SCIENCES	T3
2317-8957	2317-8957	ACTA SCIENTIAE ET TECHNICA	T4
1676-6024	1676-6024	CADERNOS TÉCNICOS DE VETERINÁRIA E ZOOTECNIA (UFMG)	T4
0034-7655	0034-7655	REVISTA DE AGRICULTURA (PIRACICABA)	T4
0102-5716	0102-5716	VETERINÁRIA E ZOOTECNIA (UNESP)	T4
2317-269X	2317-269X	VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM DEBATE: SOCIEDADE, CIÊNCIA & TECNOLOGIA	T4
1806-6402	1806-6402	VISÃO AGRÍCOLA (USP / ESALQ)	T4
2110-3778		WORLD ACADEMY OF SCIENCE, ENGINEERING AND TECHNOLOGY	T4
1984-2538	1984-252X	AGRARIAN (DOURADOS. ONLINE)	T5
0102-9169	0102-9169	ENERGIA NA AGRICULTURA (UNESP. BOTUCATU. IMPRESSO)	T5
0102-5333	0102-5333	MAGISTRA	T5
0103-989X	0103-989X	REVISTA ACADÊMICA. CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS	T5
1517-8048	1517-8048	REVISTA TECNOLÓGICA (UEM)	T5
1666-6917	1666-6917	TECNOLOGÍA Y CIENCIA	T5



1517-2570	1517-2570	UNOPAR CIENTÍFICA. CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	T5
1543-8643	1543-8643	ACADEMY OF MANAGEMENT PROCEEDINGS	T5
2316-4093	2316-4093	ACTA IGUAZU	T5
1982-8470	1982-8470	AGRO@MBIENTE ON-LINE	T5
0103-0779	0103-0779	AGROPECUÁRIA CATARINENSE	T5
0100-7467	0100-7467	AGROPECUÁRIA TÉCNICA (UFPB)	T5
0103-3816	0103-3816	AGROTRÓPICA (ITABUNA)	T5
0084-7747	0084-7747	ANNUAL REPORT OF THE BEAN IMPROVEMENT COOPERATIVE	T5
1991-8178	1991-8178	AUSTRALIAN JOURNAL OF BASIC AND APPLIED SCIENCES	T5
1806-423X	1806-423X	BEPA. BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO PAULISTA (IMPRESSO)	T5
1677-874X	1677-874X	BIODIVERSIDADE (UFMT. IMPRESSO)	T5
1981-4100	0067-9615	BOLETIM DE INDÚSTRIA ANIMAL (ONLINE)	T5
1676-5265	1676-5265	BOLETIM DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL. IMPRESSO)	T5
1984-235X	1984-235X	BOLETIM DO INSTITUTO ADOLFO LUTZ	T5
1984-6738	1984-6738	CADERNO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	T5
0103-5231	0103-5231	COMUNICADO TECNICO - CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DE TECNOLOGIA AGROINDUSTRIAL DE ALIMENTOS	T5
1518-3165	1518-3165	CULTIVAR HF (PELOTAS)	T5
2318-1400	2318-1400	DOCUMENTOS / EMBRAPA PESCA E AQUICULTURA	T5
0328-4166	0328-4166	HELADERÍA PANADERÍA LATINOAMERICANA	T5
1510-3625	1510-3625	INFOPECA INTERNACIONAL	T5
1528-9303	1528-9303	INFORM (CHAMPAIGN): INTERNATIONAL NEWS ON FATS, OILS AND RELATED MATERIALS	T5
0716-8756	0716-8756	INFORMACIÓN TECNOLÓGICA (IMPRESA)	T5
0100-3364	0100-3364	INFORME AGROPECUÁRIO (BELO HORIZONTE)	T5
0886-7283	0886-7283	PROCEEDINGS OF THE FLORIDA STATE HORTICULTURAL SOCIETY	T5
1981-9951	1981-9951	RAMA: REVISTA EM AGRONEGÓCIO E MEIO AMBIENTE	T5
0179-5953	0179-5953	REVIEWS OF ENVIRONMENTAL CONTAMINATION AND TOXICOLOGY	T5
1413-8131	1413-8131	REVISTA DE TECNOLOGIA E AMBIENTE	T5
2253-7325	2253-7325	AICA	NC
2317-5125	1980-5128	AMAZÔNIA - REVISTA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICAS	NC
2175-9405	1808-0251	AMBIÊNCIA (ONLINE)	NC
1413-8638	1413-8638	AMBIENTE & EDUCAÇÃO	NC
1932-5037	1932-5037	AMERICAN JOURNAL OF HEALTH EDUCATION	NC
2236-9171	2236-9171	BIOENERGIA EM REVISTA: DIÁLOGOS	NC
2165-5979	2165-5979	BIOENGINEERED	NC
1983-4209	1983-4209	BIOFAR: REVISTA DE BIOLOGIA E FARMÁCIA	NC
0892-7014	0892-7014	BIOFOULING (NEW YORK. PRINT)	NC
1753-6561	1753-6561	BMC PROCEEDINGS	NC
2447-5998	2447-4932	BOLETIM TÉCNICO IFTM	NC

2525-7374		BRASPEN JOURNAL	NC
1807-4871	1807-4871	CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA	NC
2346-3414	2216-0973	CUIDARTE	NC
1982-5838	1982-5838	CULTUR: REVISTA DE CULTURA E TURISMO	NC
2359-3652	2359-3652	DESAFIOS: REVISTA INTERDISCIPLINAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	NC
1678-0701	1678-0701	EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO	NC
1980-3982	1517-5030	EMBRAPA FLORESTAS. COMUNICADO TÉCNICO	NC
2317-2606	1809-0583	ENCICLOPEDIA BIOSFERA	NC
1415-7314	1415-7314	ENGEVISTA (UFF)	NC
1025-496X	1025-496X	EURO SURVEILLANCE	NC
1984-3151	1984-3151	E-XACTA (BELO HORIZONTE)	NC
1678-6770		HEADACHE MEDICINE	NC
1980-2218	1980-2218	HYDRO (SÃO PAULO)	NC
0100-4409	0100-4409	INFORMAÇÕES ECONÔMICAS (IMPRESSO)	NC
1518-0808	1518-0808	INICIARE (CAMPO MOURÃO)	NC
1688-3691	1688-3691	INNOTECH - REVISTA DEL LABORATORIO TECNOLÓGICO DEL URUGUAY	NC
1984-042X	1518-7012	INTERAÇÕES	NC
1981-3775	1981-3775	INTERBIO	NC
2010-4618	2010-4618	INTERNATIONAL PROCEEDINGS OF CHEMICAL, BIOLOGICAL AND ENVIRONMENTAL ENGINEERING	NC
1742-6596	1742-6588	JOURNAL OF PHYSICS. CONFERENCE SERIES (ONLINE)	NC
1022-1360	1022-1360	MACROMOLECULAR SYMPOSIA	NC
1662-9752	0255-5476	MATERIALS SCIENCE FORUM (ONLINE)	NC
2214-7853	2214-7853	MATERIALS TODAY: PROCEEDINGS	NC
1946-4274	0272-9172	MRS PROCEEDINGS	NC
0031-1057	0031-1057	O PAPEL (SÃO PAULO)	NC
2236-8493	2236-8493	OIKOS: REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA DOMÉSTICA	NC
1877-0509	1877-0509	PROCEDIA COMPUTER SCIENCE	NC
1877-7058	1877-7058	PROCEDIA ENGINEERING	NC
0034-7264	0034-7264	RBM. REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA (RIO DE JANEIRO)	NC
1809-239X	1809-239X	REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	NC
1516-8484	1516-8484	REVISTA BRASILEIRA DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA (IMPRESSO)	NC
1026-9053	1026-9053	REVISTA COMPUTADORIZADA DE PRODUCCIÓN PORCINA (DISQUETE)	NC
2447-3650	2447-3650	REVISTA CSBEA	NC
2175-2214	2175-2214	REVISTA CULTIVANDO O SABER	NC
0102-3632	0102-3632	REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	NC
0104-4230	0104-4230	REVISTA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA	NC
1517-0276	1517-0276	REVISTA DA UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE	NC
0101-6040	0101-6040	REVISTA DAE	NC
1807-5010	1807-5010	REVISTA PIBIC (OSASCO. IMPRESSO)	NC



2236-6717	2236-6717	SEMANA ACADÊMICA: REVISTA CIENTÍFICA	NC
0368-5128	0368-5128	TECHNICAL BULLETIN OF FACULTY OF AGRICULTURE, KAGAWA UNIVERSITY	NC
1415-6229	1415-6229	TECNO-LÓGICA (UNISC)	NC
0104-8112	0104-8112	TERRA E CULTURA	NC
2210-2892	2210-2892	THE OPEN CONFERENCE PROCEEDINGS JOURNAL	NC
1982-4319	1982-4319	TÓPOS (UNESP. PRESIDENTE PRUDENTE)	NC
0041-1345	0041-1345	TRANSPLANTATION PROCEEDINGS	NC
1983-7151	1415-6393	TURISMO: VISÃO E AÇÃO (ONLINE)	NC
1518-8361	1518-5192	VISÃO ACADÊMICA (ONLINE)	NC
1809-1636	1809-1636	VIVÊNCIAS (URI. ERECHIM)	NC
2046-1690	2046-1690	WEBMEDCENTRAL.COM	NC

## IV. FICHA DE AVALIAÇÃO

### IV.1 - PROGRAMAS ACADÊMICOS

Quesitos / Itens	Peso	Avaliação
<b>1 – Proposta do Programa</b> <b>[0,8125;0,9031]</b>		Obs.: Valores indicados em vermelho indicam os limites mínimo e máximo do Item ou Subitem para PPGs com ME/DO
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular. <b>[0,675;1,000]</b>	50%	<p>a) O conjunto de atividades deverá atender à(s) área(s) de concentração do PPG, suas linhas de pesquisa e seus projetos em andamento. Adequação e coerência entre as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa do PPG. (40%);</p> <p>b) A proposta curricular deverá ser adequada e coerente com a(s) área(s) de concentração, linhas de pesquisa e metas do PPG. (10%)</p> <p>c) Consistência das ementas, assim como a coerência e a atualização das respectivas bibliografias. (10%); [</p> <p>d) Presença de disciplinas de fundamentação teórica e metodológica. (10%)</p> <p>e) O PPG deverá informar as modificações ocorridas no período. As mudanças deverão ser informadas em destaque anualmente, desta forma, a leitura da Proposta do PPG no ano final do quadriênio, deverá permitir o entendimento das alterações ocorridas em cada Ano Base. (30%)</p>
1.2 Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área. <b>[0,650;1,000]</b>	30%	<p>a) Informar as metas e planejamento do programa. (15%)</p> <p>b) Mostrar a adequação da proposta do programa às necessidades regionais, nacionais e internacionais. (7,5%)</p> <p>c) As propostas para enfrentar desafios da área quanto à formação discente e à produção de conhecimento. (7,5%)</p> <p>d) As propostas de qualificação e credenciamento do corpo docente. (20%)</p> <p>e) As metas a serem atingidas tanto no avanço do conhecimento e na formação de recursos humanos quanto na inserção social, tendo em vista os desafios nacionais e internacionais da área. (20%)</p> <p>f) O planejamento do programa quanto ao desenvolvimento futuro. Indicando quais serão as Metas para os próximos 2 quadriênios. (30%)</p>
1.3 Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão. <b>[0,950;1,000]</b>	20%	<p>a) Informar a existência, adequação e a suficiência de laboratórios para desenvolvimento da dissertação e tese. (70%)</p> <p>b) Informar a infraestrutura para o ensino, a pesquisa e a administração, bem como, as condições laboratoriais, áreas experimentais, áreas de informática e a biblioteca, as quais deverão ser adequadas ao desenvolvimento das atividades do programa. (5%)</p> <p>c) Informar se a biblioteca permite o acesso rápido às informações, com ênfase em periódicos. (5%)</p> <p>d) Informar quais recursos de informática estão disponíveis para alunos e docentes. (5%)</p> <p>e) Informar sobre os recursos captados para a realização de</p>

		atividades docentes e de orientação. (15%)
<b>2 – Corpo Docente [0,8118;1,1329]</b>	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa. [0,7000;0,8048]	10%	a) Percentual de DP com formação, perfil acadêmico, área de atuação e experiência, coerentes com a proposta do PPG. (70%) b) Percentual de DP participando de atividades de atualização contínua, tais como realização de intercâmbios nacionais e internacionais, pós-doutorado, estágio sênior, cursos de aperfeiçoamento ou de especialização na área, workshops e similares. (30%)
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa. [0,5384;0,9730]	20%	a) Percentual de docente declarados pelo PPG como DP em relação ao corpo docente do PPG. (20%) b) Percentual dos DP que participam concomitantemente nas atividades de ensino de pós-graduação, pesquisa, orientação e produção intelectual. (80%)
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa. [0,7721;1,0318]	40%	a) Percentual de DP que atuam nas atividades de ensino do PPG. (30%) b) Percentual de DP que atuam nas atividades de orientação do PPG. (30%) c) Percentual de DP que coordenam projetos de pesquisa vinculados às linhas de pesquisa do PPG. (40%)
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. [0,3167;1,0167]  <u>Obs: Este item só deve ser considerado quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.</u>	30%	a) Percentual de DP que atuam nas atividades de ENSINO na graduação. (50%)  b) Percentual de DP que atuam em atividades de ORIENTAÇÃO na graduação (orientação de IC, monografia, tutoria e estágios formais). (50%)
<b>3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações [0,3053;0,7324]</b>	30%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente. [0,2298;0,4430]	20%	a) Dissertações concluídas em relação ao corpo discente (mestrandos). (50%) b) Teses concluídas em relação ao corpo discente (doutorandos). (50%) Obs.: O peso deste item será adicionado ao anterior para programas que possuem apenas mestrado.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa. [0,3963;1,000]	40%	a) DP que tiveram orientações concluídas (teses e dissertações defendidas) no período de avaliação em relação ao corpo docente (CDP).
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-	20%	a) Dissertações e teses com pelos menos 1 artigo aceito e/ou publicado, em periódico do QUALIS da área. (15%)

<p>graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área. [0,095;0,5873]</p>		<p>b) Discentes e egressos autores (artigos em periódico do QUALIS da área) em relação ao total de discentes e de egressos do programa, por DP. (70%)</p> <p>c) Número de alunos de graduação, bolsistas de IC, estagiários e monitores na produção científica do PPG (artigos em periódicos, anais de eventos e em eventos relevantes da área). (15%)</p>
<p>3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados. [0,4584;1,2282]</p>	20%	<p>a) O tempo de titulação para ME será avaliado usando-se a razão entre 24 meses e o tempo médio em meses (M) de titulação de mestrandos. (50%)</p> <p>b) O tempo de titulação para DO será avaliado usando-se a razão entre 48 meses e o tempo médio em meses de titulação de doutorandos. (50%) Obs.: O peso deste item será adicionado ao anterior para programas que possuem apenas mestrado.</p>
<p><b>4 – Produção Intelectual</b> [0,0709;0,6503]</p>	40%	
<p>4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente. [0,1111;1,4398]</p>	40%	<p>a) No de artigos nos estratos A1 e A2 do QUALIS periódico da área, com autor discente por DP. (35%)</p> <p>b) No de artigos nos estratos A1 e A2 do QUALIS periódico da área, sem autor discente por DP. (15%)</p> <p>c) Número de artigos nos estratos B1 a B2 do QUALIS periódicos da área, com autor discente por DP. (30%)</p> <p>d) Número de artigos nos estratos B1 a B2 do QUALIS periódicos da área, sem autor discente por DP. (10%)</p> <p>e) Número de artigos nos estratos B3 a B5 do QUALIS periódicos da área, com discente autor por DP. (10%)</p>
<p>4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa. [0,0036;0,0781]</p>	30%	<p>a) Produção qualificada em periódicos classificados nos estratos A1 a B2, calculados como equivalente A1, do QUALIS com discente autor. (60%)</p> <p>b) Produção qualificada em periódicos classificados nos estratos A1 a B2, calculados como equivalente A1, do QUALIS periódicos da área sem discente autor. (10%)</p> <p>c) Produção qualificada em periódicos classificados nos estratos B3 a B5, calculados como equivalente A1, do QUALIS periódicos da área com discente autor. (20%)</p> <p>d) Produção qualificada em periódicos classificados nos estratos B3 a B5, calculados como equivalente A1, do QUALIS periódicos da área sem discente autor. (10%)</p>
<p>4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes. [0,0629;0,2716]</p>	30%	<p>a) Percentual de DP que publicaram livros com aderência às áreas de concentração do PPG. (35%)</p> <p>b) Percentual de DP que publicaram capítulos de livros com aderência às áreas de concentração do PPG. (20%)</p> <p>c) Percentual de DP com depósito de patentes/privilégio submetido por órgão da IES ao INPI ou organismo internacional. A comprovação será feita pelo número de registro. Será feita uma ponderação de acordo com o andamento do processo: depositada, licenciada, etc. (35%)</p> <p>e) Percentual de DP com outras produções tecnológicas, como por exemplo, Manuais de Boas Práticas, materiais didáticos, atividades</p>

		de formação de recursos humanos em cursos Lato Sensu, educação básica, etc. (10%)
<b>5 – Inserção Social [0,3438;1,0000]</b>	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa. [0,2875;1,000]	50%	<p>a) Desenvolvimento Tecnológico: Percentual de DP participando de ações de popularização da ciência, desenvolvimento de tecnologia e inovação diretamente relacionada à solução de problemas regionais e nacionais; comprovadas por número de processos e órgão de cooperação. (20%)</p> <p>b) Impacto Regional: Percentual de DP envolvidos em ações de extensão do Programa com efetivo envolvimento do corpo docente e discente. (20%)</p> <p>c) Atuação Acadêmica Destacada: Percentual de DP recipientes de prêmios, bolsas de produtividades em pesquisa e demais distinções. Percentual de discentes recipientes de prêmios em suas diversas modalidades: pôster, apresentações orais, etc. (20%)</p> <p>d) Participação em Órgão de Fomento: Percentual de DP em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPs, Conselhos governamentais etc.). (10%)</p> <p>e) Editoração, relatorias, organização de eventos: Percentual de DP como editores de periódicos pertencentes ao QUALIS da Área, consultores ad-hoc de periódicos nacionais e internacionais, organizadores de eventos, palestrantes, chairman/chairwoman, debatedores em eventos internacionais e nacionais, representantes de sociedades científicas, e representantes de entidades de classe. (10%)</p> <p>f) Cooperação com o Setor Público e Privado: Percentual de DP participando em parcerias de pesquisa, desenvolvimentos e inovação. (20%)</p>
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação. [0,0000;1,000]	30%	Percentual de DP participando em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos (MINTER e DINTER, por exemplo), projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos favorecidas (atuação de professores visitantes).
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação. [0,4500;1,000]	20%	<p>a) Divulgação de forma atualizada dos dados internos do Programa, critérios de seleção de alunos, produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e privadas. Regimento, políticas de credenciamento e descredenciamento. (45%) <u>Obs.: Espera-se que as páginas dos PPG ofereçam a opção de navegação completa em português e inglês. Esta condição é MANDATÓRIA para PPG com notas 6 e 7.</u></p> <p>b) Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações: Divulgação na íntegra das Teses e Dissertações defendidas na Web. (55%)</p>

IV.2 - MESTRADOS PROFISSIONAIS		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
<b>1 – Proposta do Programa</b>		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	30%	Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional: a) Disciplinas: a oferta de disciplinas deve ser concentrada em 1 ou 2 dias da semana ou em horários alternativos. (10%) b) Ementas e bibliografias: conteúdos devem ser aplicados e com práticas e/ou na forma de estudos de caso. (10%) c) Área de concentração e linhas de pesquisa: devem ser voltadas para a vocação regional e atender as suas necessidades. (10%)
1.2 Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	25%	Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente. a) Número de docentes permanentes que possuem interação efetiva com o setor produtivo. (10%) b) Perfil do docente permanente coerente com o setor produtivo da interação. (5%) c) Número de interações efetivas dividido pelo número de docentes permanentes. (10%)
1.3 Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	15%	Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa. (5%) a) Número de laboratórios/unidades de processamento próprios. (5%) b) Número de laboratórios/unidades de processamento de indústrias parceiras. (5%) c) Infraestrutura administrativa: salas de aula, informática e biblioteca. (5%)
1.4 Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	30%	Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área. a) O programa descreve suas metas a curto, médio e longo prazo com relação aos desafios da área de acordo com a vocação regional. (6%) b) O programa apresenta planejamento de melhorias para a



		<p>formação discente a curto, médio e longo prazo. (6%)</p> <p>c) O programa descreve ações que fomentem a inserção social. (6%)</p> <p>d) O programa descreve ações que fomentem a inserção profissional dos egressos. (6%)</p> <p>e) O programa fomenta parcerias que promovam a inserção/permanência no mercado de trabalho. (6%)</p>
<b>2 – Corpo Docente</b>	30%	
2.1 Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	<p>Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação- Examinar se o Corpo Docente atua em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D&amp;I) nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.</p> <p>a) Percentual de DP com formação, perfil profissional e de inovação, área de atuação e experiência, coerentes com a proposta do PPG. (25%)</p> <p>b) Percentual de DP que participam de atividades de atualização junto ao setor produtivo, tais como realização de intercâmbios nacionais e internacionais com empresas ou instituições tecnológicas, pós-doutorado aplicado, cursos de aperfeiçoamento ou de especialização na área de concentração do programa visando a inovação e aplicação tecnológica. (25%)</p>
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	25%	<p>a) Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes: Percentual de docentes declarados pelo PPG como DP em relação ao corpo docente do PPG. (5%)</p> <p>b) Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais: Percentual dos DP que participam projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação com financiamento. (10%)</p> <p>c) Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando que “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”: Percentual de DP que atuam nas atividades de ensino do PPG. (10%)</p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	25%	<p>Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes: Percentual dos DP que participam concomitantemente nas atividades de ensino de pós-graduação, pesquisa e de desenvolvimento e orientação.</p>

<b>3 – Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão</b>	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa	30%	<p>a) Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de alunos matriculados no período: Dissertações concluídas em relação ao corpo discente (mestrandos). (15%)</p> <p>b) Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de docentes do programa: Número de dissertações defendidas/número de DP no período de avaliação. (15%)</p>
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	<p>a) Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica: Percentual de dissertações com pelo menos uma produção tecnológica ou artigo aceito em veículos do QUALIS tecnológico da área. (30%)</p> <p>b) Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos: Número de produções técnicas não vinculadas aos discentes e egressos. (10%)</p>
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	<p>Examinar a aplicabilidade do trabalho de conclusão desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.</p> <p>a) Número de dissertações defendidas em parceria com o setor produtivo público/privado. (20%)</p> <p>b) Número de dissertações defendidas não vinculadas ao setor produtivo público/privado. (10%)</p>
<b>4 – Produção Intelectual</b>	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	20%	<p>Examinar o número total de publicações do programa quadriênio:</p> <p>a) Número de produções qualificadas de acordo com o QUALIS acadêmico (A1 a B2) / pelo número de docentes permanentes do programa no quadriênio. (10%)</p> <p>b) Número de produções de acordo com o QUALIS acadêmico (B3 a B5) / pelo número de docentes permanentes do programa no quadriênio. (10%)</p>
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	30%	<p>Examinar o número total da produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras: (1) Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). (2) Artigos publicados em periódicos técnicos. (3) Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. (4) Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor. (5) Elaboração de protocolos, normas ou programas. (6) Consultoria ou assessoria técnica. (7) Produtos técnicos. (8) Protótipos. (9) Patentes. (10) Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da Área:</p> <p>a) Número total de produção técnica/QUALIS tecnológico vinculadas aos discentes. (20%)</p>

		b) Número total de produção técnica/QUALIS tecnológico não vinculada aos discentes. (10%)
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	20%	Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa: Número total de produção técnica/QUALIS tecnológico e qualificada / DP.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	30%	Examinar a articulação entre a produção técnica e a publicação científica qualificada do programa: Número total de produção técnica/QUALIS tecnológico e qualificada vinculada ao setor produtivo.
<b>5 – Inserção Social</b>	10%	
5.1. Impacto do Programa	20%	a) Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil: Número de discentes formados que atuam no setor produtivo/público e privado. (10%) b) Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal etc.), nos níveis local, regional ou nacional: Número de discentes formados que atuam na administração pública, ensino básico, técnico profissional e superior, em órgãos de inspeção e agências reguladoras e no desenvolvimento de produtos inovadores. (10%)
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	30%	Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica: Número de projetos e ou propostas em cooperação com outros programas profissionais e/ou empresas.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	30%	a) Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região: i) Abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos e ii) Número de empresas com parceria efetiva com a área de atuação do programa. (15%) b) Introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou

5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	nacional: Número de produtos e/ou serviços desenvolvidos junto ao setor produtivo local, regional ou nacional. (15%) a) Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, a qual poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação. (15%) b) O programa deve possuir página na internet atualizada com as informações relevantes (corpo docente, perfil profissional, campo de atuação, dentre outros): i) Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado e ii) Possuir um banco de dados com as dissertações disponíveis para consulta, exceto no caso onde o sigilo deve ser preservado. (5%)
---	-----	---

## V. CONTEXTUALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL E INDICADORES CONSIDERADOS NA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 e 7

O texto a seguir consta do Documento de Área da CALIM divulgado em 16 de dezembro de 2016:

*“As notas 6 e 7, conforme previsto no Regimento da Quadrienal 2017, foram reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota final 5 e conceitos MB (muito bom) em todos os quesitos da ficha de avaliação e que atendessem, necessariamente, às seguintes condições:*

- *Desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área;*
- *Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área;*
- *Solidariedade;*
- *Nucleação*
- *Nota 6: predomínio de conceito MB nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito B (bom) em alguns itens.*
- *Nota 7: Conceito MB em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação.*

*1) Número de artigos no estrato A1, com discente autor, em relação ao corpo docente permanente. Calculado excluindo-se os JDP, definidos como aqueles que defenderam o*

*doutorado a partir de 2012, incluindo 2012 ( $DP = DP_{total} - JDP$ ). Caso esses docentes tenham contribuição no numerador, a mesma será contabilizada.*

*2) Publicações em colaboração com pesquisadores de instituições estrangeiras. A rede de colaboração dos programas em termos de publicação conjunta com pesquisadores de instituições estrangeira será analisada usando a plataforma SciVal.*

*3) Indicação de 10 artigos originais, com discente autor, mais citados nos últimos quatro anos (2013 a 2016): Cada programa deveria indicar um artigo com participação discente com maior citação. Essas publicações devem estar obrigatoriamente vinculadas a dissertações e teses do programa e deveriam ser de diferentes docentes orientadores para programas com potencial para ter nota 6 e 7. Essas publicações não poderiam ser artigos de revisão. Esse será um parâmetro para avaliar o impacto da produção com discente, diferenciar os programas consolidados e também para evitar a análise do impacto concentrada em poucos docentes.*

*4) Indicação de quatro artigos de revisão, com discente autor, mais citados nos últimos quatro anos (2013 a 2016): Cada programa deveria indicar um artigo com participação discente. Essas publicações deveriam estar obrigatoriamente vinculadas a dissertações e teses do programa e deveriam ser de diferentes docentes orientadores para programas com potencial para ter nota 6 e 7. Cabe ressaltar que o docente não precisa estar credenciado no quadriênio em andamento, mas ele tem que ter sido docente do programa e orientador do discente no período da tese ou dissertação. Esse será um parâmetro para avaliar o impacto da produção com discente, diferenciar os programas consolidados e também para evitar a análise do impacto concentrada em poucos docentes.*

*5) Liderança científica e política do corpo docente. Considerar-se-á a participação do DP em comitês de agências de fomento, coordenações de área e comissões nacionais ou internacionais. PPG com notas 6 e 7 devem ser fortes nestes quesitos (Conceito MB).*

*6) Liderança tecnológica do corpo docente. Considerando-se a atuação do corpo docente em projetos tecnológicos com resultado na forma de patentes concedidas no Brasil e no exterior, licenciamento de processo/produto e recebimento de royalties no período da Avaliação Quadrienal 2017.*

*7) Solidariedade de programas mais consolidados aos programas menos consolidados. Programas 6 e 7 devem ter um papel de protagonista no apoio aos programas menos consolidados da área. Todas as ações desenvolvidas nesse sentido serão consideradas.*

*8) Seminários e cursos ministrados em instituições no exterior e em eventos científicos de caráter internacional. Valorização de atividades como cursos, seminários, conferências, palestras, principalmente em eventos internacionais (no Brasil e no exterior) e em instituições no exterior. É desejável que os programas 6 e 7 sejam fortes neste quesito e docentes desses programas devem ter maior inserção internacional e uma das possibilidades para analisar esta inserção é por conferências ministradas.*

*9) Comitês de eventos científicos internacionais e editores de periódicos. Participação de docentes permanentes como organizadores de eventos científicos internacionais e como membros de comitês de eventos científicos internacionais. Participação de docentes*

*permanentes como Editores de periódicos de circulação internacional ou como membros de conselho editorial de periódicos de circulação internacional.*

*10) Outras estratégias de internacionalização. Número de alunos enviados ao exterior para sanduíche e missões de curta duração; recebimento de alunos das melhores instituições do exterior para estágios e sanduíches etc.; programas de cooperação internacional. Programas 6 e 7 devem servir como polos de formação de doutores. Devem servir também como polos de atração de pós-doutores do país e do exterior. Indicar nomes de alunos, instituições e orientadores envolvidos. Considerar também, alunos do programa enviados ao exterior para sanduíche ou missão de curta duração e as publicações qualificadas em colaboração com pesquisadores do exterior. Indicar os pesquisadores visitantes do exterior no programa durante o quadriênio.*

*11) Prêmios e distinções recebidos pelo corpo docente e discente. Valorização de prêmios, distinções e homenagens nacionais e internacionais, recebidas pelo corpo docente e discente. Além de prêmios, distinções e homenagens de instituições do Brasil e do exterior. Não serão contabilizados prêmios e distinções Institucionais, locais, estaduais e regionais.*

*12) Programas 5, 6 e 7 devem ser fortes nas subáreas da CALIM. Programas 5, 6 e 7 devem ser fortes (Conceito MB), com produção qualificada nas suas áreas de concentração. O caráter interdisciplinar deve demonstrar a articulação das linhas de pesquisa.*

## VI. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO COM TRIÊNIO ANTERIORES 2010 e 2013

### VI.1 - PROGRAMAS ACADÊMICOS de Mestrado e Doutorado

A avaliação foi realizada conforme planejado e seguindo as diretrizes do Documento de Área divulgado em 16/12/2016. As alterações feitas nas Fichas de Avaliação dos cursos acadêmicos e profissionais foram discutidas anteriormente (Veja: IV. FICHA DE AVALIAÇÃO, p. 12). Nas discussões colegiadas usamos as Figuras 1 a 5 para a atribuição final dos conceitos: muito bom (MB), bom (B), regular (R), Fraco (F) e insuficiente (I). **Os limites máximos de cada subitem foram empregados na definição de destes conceitos, obedecendo à lógica de que MB corresponde a uma nota de maior ou igual a 85% para cada um dos subitens avaliados, sempre se tomando em conta o máximo valor obtido no subitem. O conceito B foi atribuído às notas no intervalo [85%; 70%]; o conceito R para notas no intervalo [70%; 50%]; o conceito F para notas no intervalo [50%; 25%) e o conceito I para notas menores do que 25% do valor máximo.** Na aplicação destes limites e conversão das notas em conceito, foram aceitas pelos consultores as sugestões feitas pela Plataforma Sucupira, calculadas pelo algoritmo que detectava a tendência considerando a nota obtida para os subitens absolutos, i.é., por exemplo: 1.1, 2.1 e etc. e não os subitens tais como 1.1 a) etc. Os procedimentos foram sempre submetidos à discussão e deliberação colegiada.

Na Figura 2 mostramos as notas dos cursos acadêmicos que ofertam ME/DO obtidas para o Quesito 1. Podemos observar claramente que este quesito oferece pouca discriminação, pois, apesar dos problemas pontuais de preenchimento deste quesito na Plataforma Sucupira, os PPGs, de forma geral, atenderam às

expectativas para esta primeira avaliação utilizando os metadados da Sucupira. Certamente, para a próxima avaliação este quesito vai discriminar melhor, pois, recomenda-se que não sejam mais relevadas pequenas impropriedades no preenchimento dos dados. Os limites máximos e mínimos deste quesito foram: 0,81 e 0,90, respectivamente. Consequentemente, todos os PPGs foram avaliados como MB, ainda que em alguns subitens não tenham recebido este conceito. E, para este quesito, foram recomendados para a atribuição de notas 6 e 7 apenas aqueles PPGs que receberam MB em todos os subitens.

A Figura 3, mostra as notas dos PPGs que ofertam ME/DO para o Quesito 2. Observa-se que a discriminação é maior neste quesito do que no anterior, mas, ainda assim a linha base está localizada em  $Nota_{\text{Quesito 2}} = 0,81$  atingindo o valor máximo em 1,13 como as notas de todos os PPGs variou no intervalo [0,81; 1,13] baixa discriminação também foi obtida neste quesito. Isto já era esperado, e provavelmente, em avaliações futuras este quesito possa ser eliminado e/ou substituído por uma medida da qualidade do CDP. O quesito tal como proposto, após 66 anos de pós-graduação brasileira e de 48 anos de pós-graduação na área de Ciência de Alimentos já não mensura mais a qualidade do CDP. Este quesito como proposto serve sobremaneira para a avaliação de APCNs e da mutação que os mesmos sofrem entre a aprovação/apresentação da proposta e a efetiva implantação do curso e/ou programa. Serve efetivamente para a avaliação dos cursos/programas em acompanhamento. Mas, é limitado para a discriminação entre PPGs consolidados ou em processo de consolidação. A Figura 4 mostra as notas para os subitens do Quesito 2, como pode ser observado, ainda que as notas variem nos vários subitens, a discriminação entre os PPGs é limitada quando se considera a nota do quesito.

O comportamento do corpo discente dos vários PPGs é mostrado na Figura 5. O destaque coube ao programa de Ciência de Alimentos da Universidade Estadual de Maringá. O principal responsável por este desempenho foi o subitem 3.4 b) tendo em vista que o tempo mediano de titulação de doutores variou de 37 a 41,5 meses no quadriênio. Desempenho também destacado foi o do programa de Engenharia e Ciência de Alimentos da Universidade Federal de Rio Grande; muito embora, neste caso, o tempo mediano de titulação de doutores foi tenha variado de 47 a 52 meses. Isto ilustra a necessidade de se avaliar cada quesito em detalhes, pois um excelente desempenho num subitem não, necessariamente, se traduz num desempenho global equivalente (Veja Figura 6).

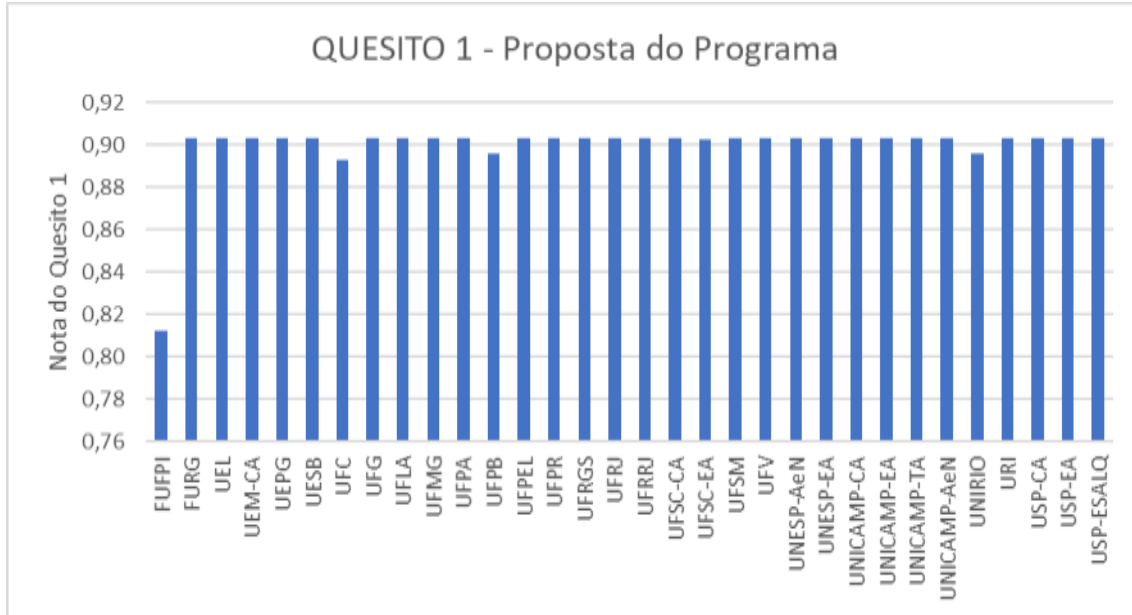


Figura 2: Notas dos PPGs que ofertam ME/DO para o Quesito 1

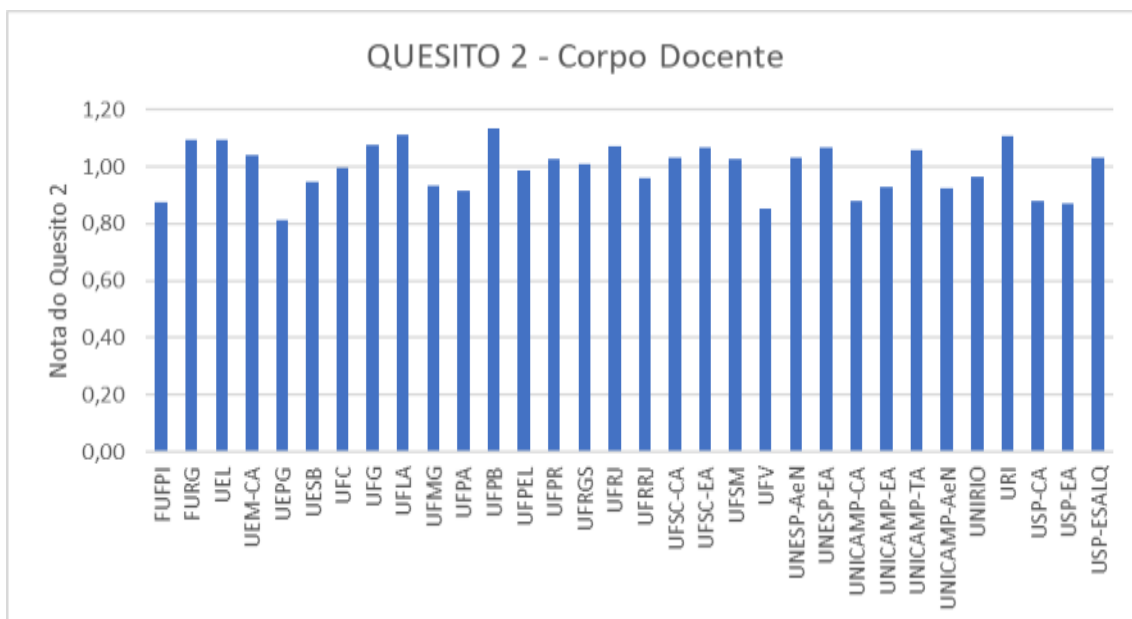


Figura 3: Notas dos PPGs que ofertam ME/DO para o Quesito 2



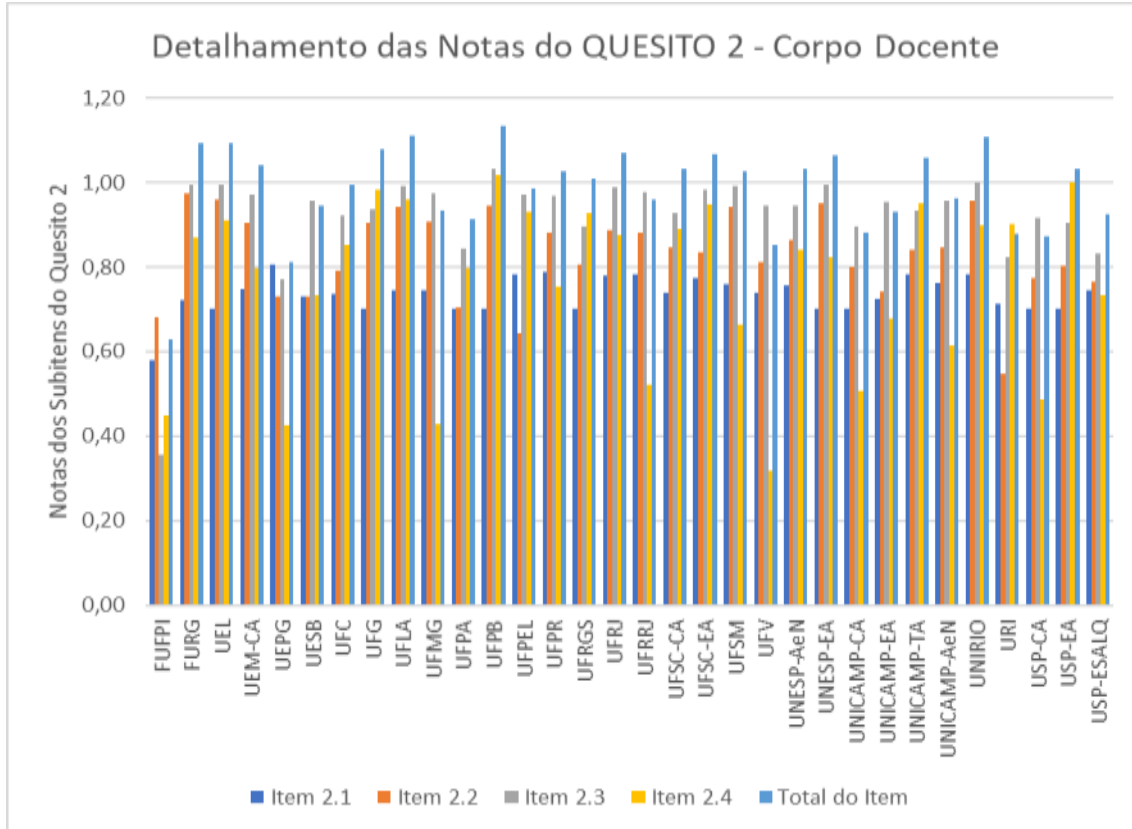


Figura 4: Detalhamento das Notas dos PPGs que ofertam ME/DO para o Quesito 2.

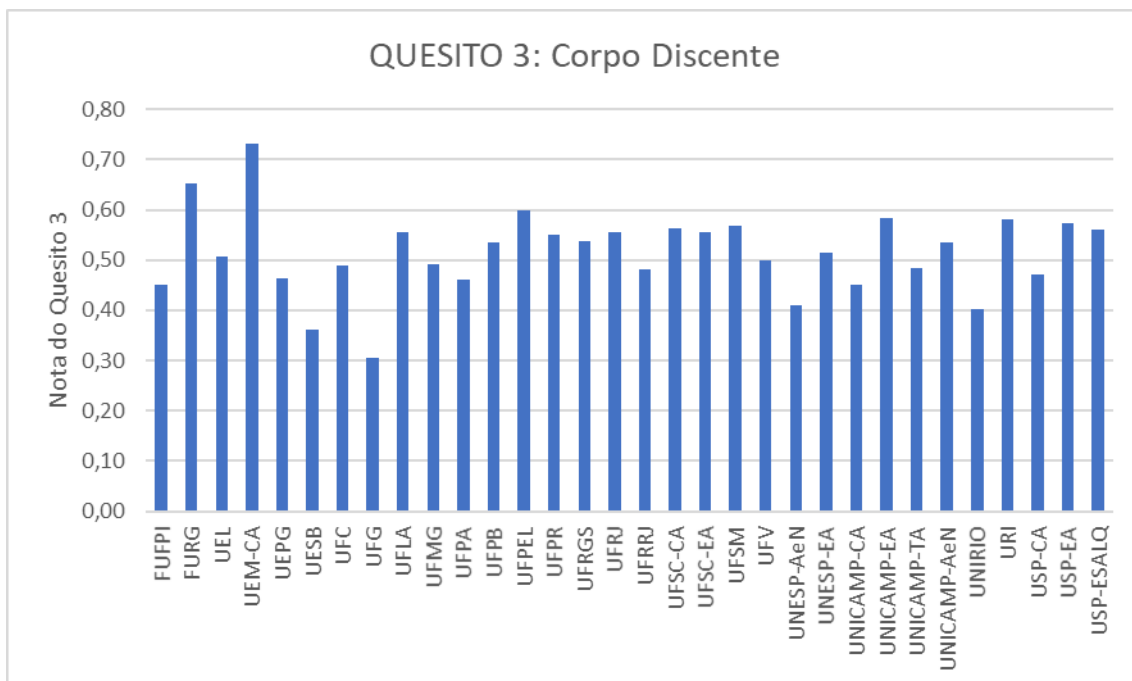


Figura 5: Notas dos PPGs que ofertam ME/DO para o Quesito 3.

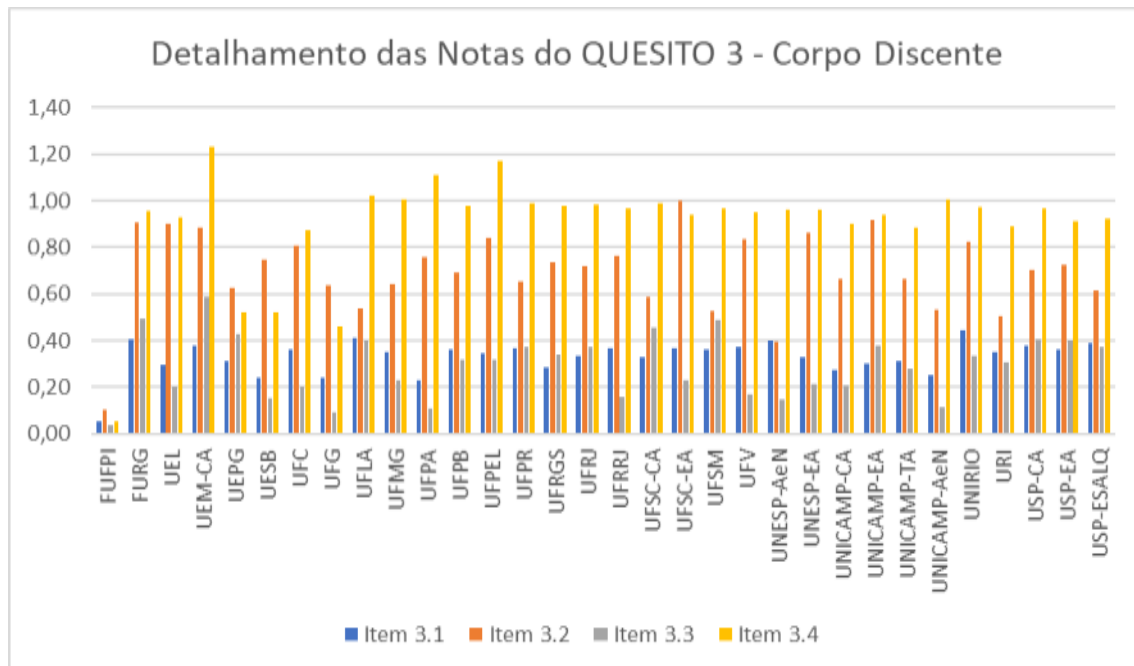


Figura 6: Detalhamento das Notas dos PPGs que ofertam ME/DO para o Quesito 3.

A produção intelectual dos PPGs é mostrada na Figura 7 e na Figura 8. Este quesito discrimina efetivamente o desempenho do vários PPGs. O item 4.1, produção qualificada em A1 e A2 com discente autor permite uma grande discriminação entre os PPGs, mostrando que PPGs com desempenhos similares em relação aos Quesitos 1, 2 e 3 têm um desempenho muito diferente quando são analisados os resultados da produção intelectual. Neste quesito e seus subitens, a valoração da produção com discente autor é o item que discrimina entre os PPGs.

Uma análise da Figura 8 indica que a produção qualificada para os PPGs predomina quando comparada à produção B3 até B5. Comparando-se a Figura 8 com a Figura 12, observa-se que, os valores do Quesito 4 tendem a serem maiores para os PPGs quando comparados com os cursos ME, exceto para os PPGs que entraram em funcionamento durante o quadriênio, não tendo ainda doutores formados. Outra observação importante é o desempenho do curso ME da UFBA, que supera o desempenho de alguns PPGs.

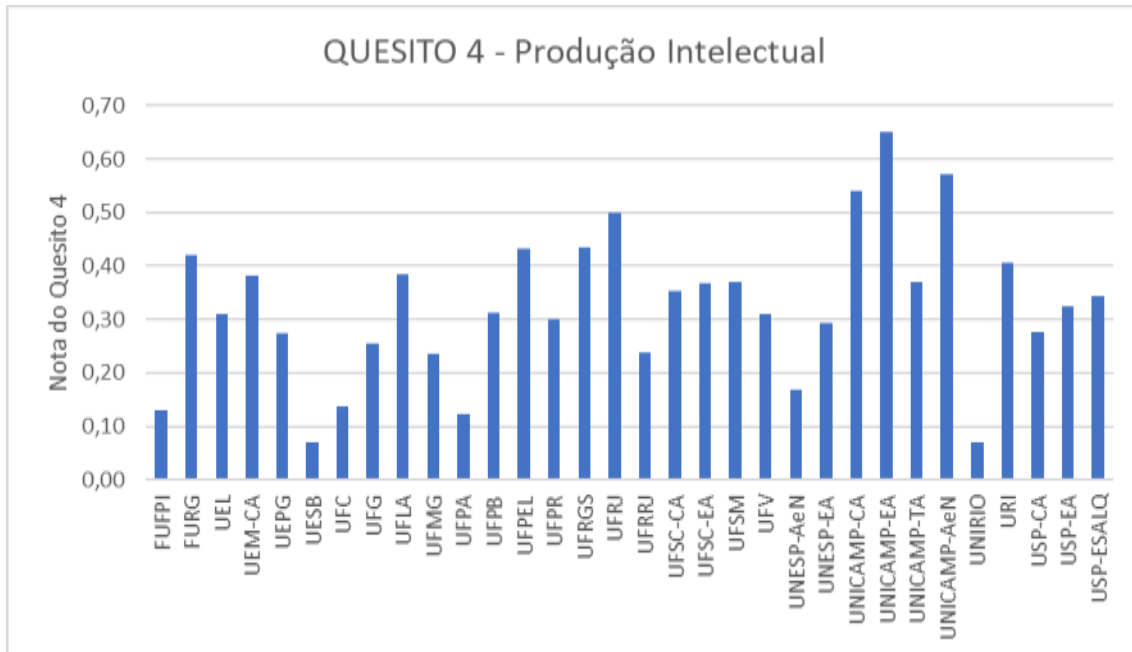


Figura 7: Notas dos PPGs que ofertam ME/DO para o Quesito 4.

Uma melhor apreciação dos resultados da produção intelectual dos PPGs pode ser obtida se considerando os resultados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, aonde são mostrados os números de artigos com discente autor publicados no quadriênio. A produção qualificada considerando-se os artigos publicados em veículos dos estratos A1 até B2 mostra claramente as diferenças de desempenho. Após análise dos resultados, a Comissão em decisão consensual resolveu que para a atribuição de nota 5, o PPG deveria satisfazer ao critério de 1 artigo no estrato A1+A2, com discente autor por DP, por ano, ou seja, 4 artigos neste estrato no quadriênio. A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** permite também agrupar os PPGs em 3 grupos vinculados às notas 4, 5 e 6/7: i) Número de artigos no estrato A1+A2 menor do que 1, nota do PPG = 4, se satisfeitas as demais condições para nota 4. ii) Número de artigos no estrato A1+A2 maior do que 1, nota do PPG = 5, se satisfeitas as demais condições para nota 5. iii) Número de artigos no estrato A1+A2 maior do que 1,25, o PPG poderia ser indicado para atribuição de notas 6 ou 7. Neste item o destaque é do programa de Engenharia de Alimentos da Universidade Estadual de Campinas, que publica 2,65 artigos no estrato A1+A2 com discente autor, seguido pelo programa de Ciência de Alimentos da mesma universidade, que publica 1,96 artigos no estrato A1+A2.

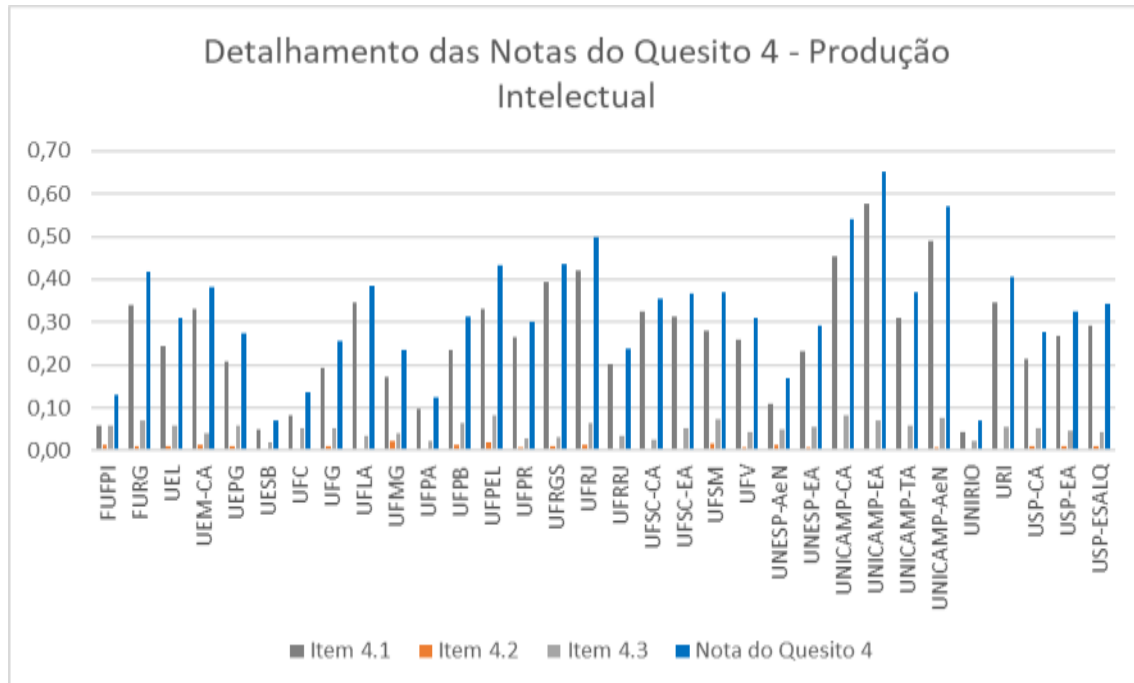


Figura 8: Notas dos PPGs que ofertam ME/DO para o Quesito 4: notas dos subitens 4.1 a 4.3

Na Figura 10 observamos que o Quesito 5 discrimina relativamente bem o desempenho dos PPGs em relação à Inserção Social. Mas, consideramos que a CALIM deve envidar esforços para desenvolver indicadores de inserção social mais sensíveis às ações dos PPGs.

Os critérios listados em V. CONTEXTUALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL E INDICADORES CONSIDERADOS NA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 e 7 (Itens 1 a 12), foram analisados pelos consultores durante a avaliação qualitativa dos PPGs. São informações que deveriam constar da Proposta do Programa, Informações Adicionais, conforme o documento de área da CALIM divulgado em 6/12/2016. No entanto, esta dinâmica da CALIM em sendo aplicada pela primeira vez, não foi totalmente atendida. Portanto, os consultores foram orientados a considerar estas informações, mesmo que não completamente padronizadas conforme o solicitado. Ao final da avaliação os consultores indicaram os PPGs que em obtendo a nota 5 na ficha de avaliação, se qualificavam para as notas 6 e 7. Nesta etapa foram indicados 8 PPGs e, algumas restrições adicionais foram impostas aos candidatos à nota 7, a saber, a Proposta do Programa deveria atender a todas às orientações do documento de área e, respeitando por exemplo, a cada um dos itens do QUESITO 1. Por outro lado, tendo sido estabelecido como um indicador de desempenho para os PPGs nota 5 que o critério de produção de 1 artigo no estrato A1+A2, com discente autor por DP, por ano, ou seja, 4 artigos neste estrato no quadriênio, o critério para os cursos 6 e 7 foi estabelecido em maior do que 1,25 artigo no estrato A1+A2 com discente autor por DP, por ano, ou seja, mais do que 5 artigos neste estrato no quadriênio.

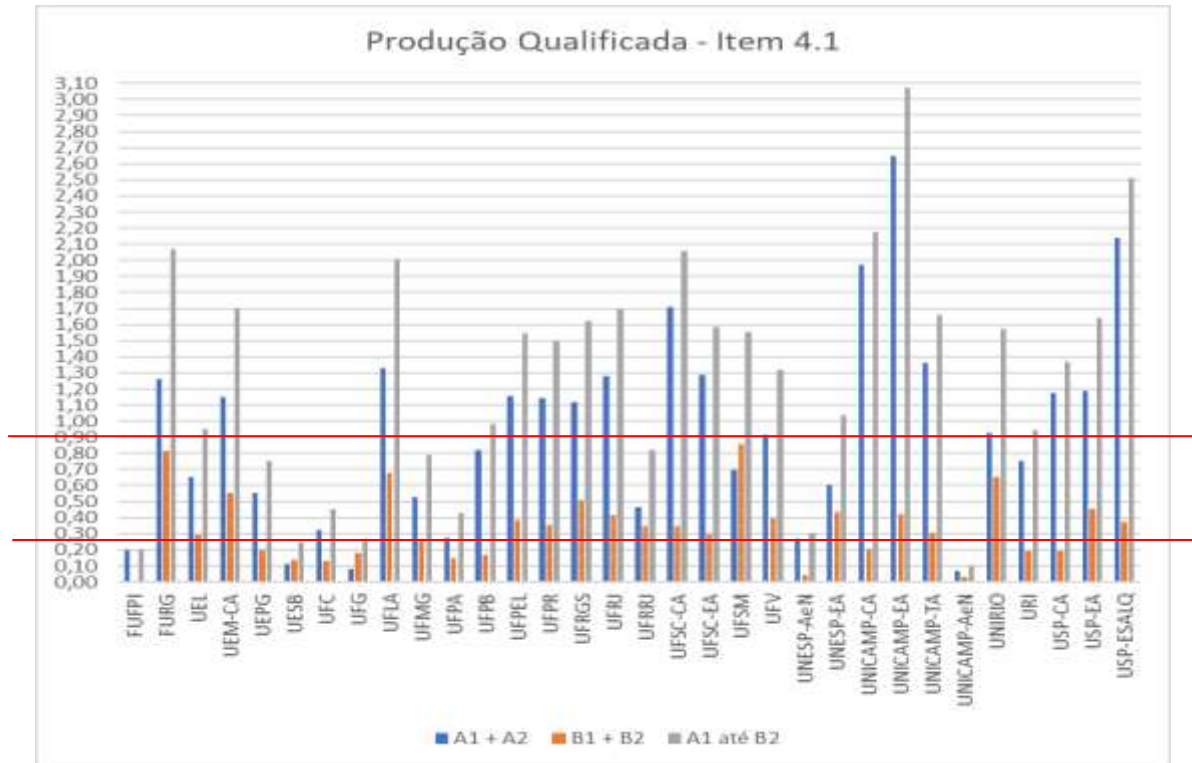


Figura 9: Detalhamento das Notas dos PPGs que ofertam ME/DO para o subitem 4.1.

Além disto, foi estabelecido pela Comissão de Avaliação que os cursos recomendados para notas 6 e 7 seriam aqueles que já tivessem recebido nota 5 na TRIENAL 2013, demonstrando desta forma que a nota 5 estava consolidada para estes PPGs. Desta forma, alguns PPGs ainda que tenham recebido a nota 5 nesta QUADRIENAL, não concorreram às notas 6 e 7. Os Programas com notas 6 e 7 foram indicados considerando-se os critérios discutidos anteriormente.

A decisão sobre os PPGs que seriam avaliados para a atribuição ao não de notas 6 e 7 foi colegiada, sendo que dos 17 PPGs aos quais foi atribuída a nota 5, apenas 8 foram indicados para as notas 6 e 7. Considerando-se os PPGs indicados, a seguinte Subcomissão de Avaliação dos cursos 6 e 7 foi indicada: Presidência a cargo da Coordenadora-Adjunta de MP, Profa. Dra. Luiza Helena Meller da Silva (UFPA) e os professores doutores Márcio Caliarri (UFG), Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araujo (FUFPI) e Renata Cristina Ferreira Bonomo (UESB). Conforme os critérios estabelecidos no documento de área e descritos acima, e as restrições adicionais relativas à Proposta do Programa, para cursos nota 7 e o critério estabelecido para os cursos 5, a decisão colegiada foi que para os cursos 6, a relação calculada no item 4.1 página 14, ou seja, a produção em equivalente A1 (considerando-se artigos A1 e A2 do QUALIS da CALIM) deveria ser maior do que 1,0 para os cursos nota 6 e para cursos nota 7 substancialmente maior, ou seja, pelo menos o dobro. Este item valoriza sobremaneira a produção do PPG com discente autor.

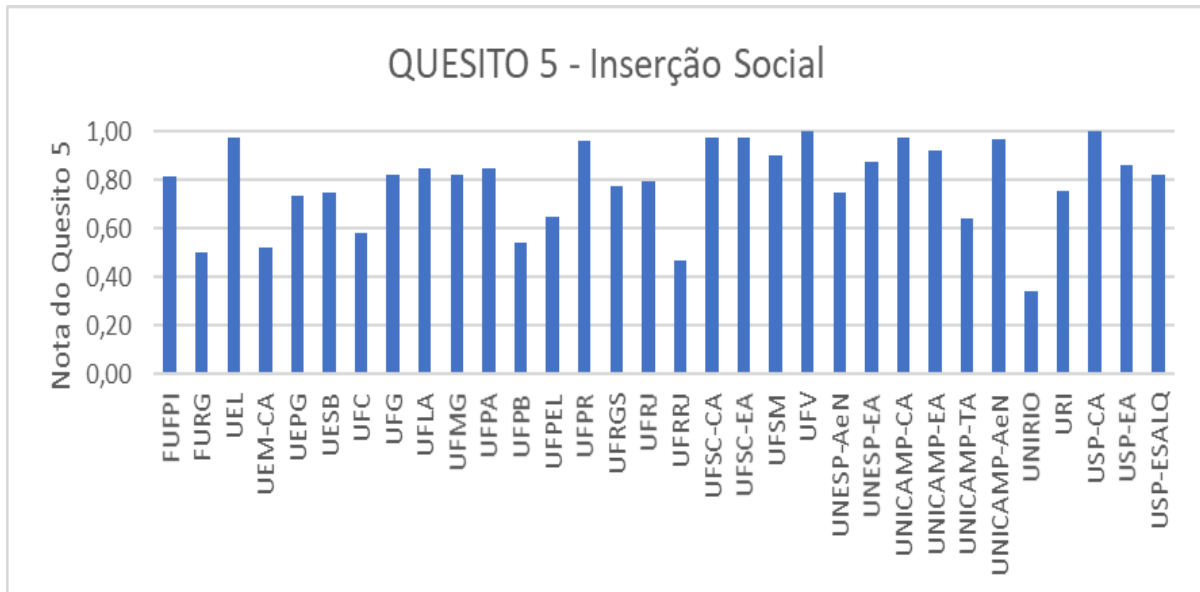


Figura 10: Notas dos PPGs que ofertam ME/DO para o Quesito 5.

Baseando-se nestes critérios e na avaliação de cada um dos quesitos da Ficha de Avaliação, a Subcomissão indicou as notas que foram aprovadas posteriormente à discussão pela Comissão, aprovadas, tal que, o resultado obtido foi: Programa Nota 7 – Engenharia de Alimentos – UNICAMP (2010-2012 Nota 7); Programas Nota 6: Ciência de Alimentos – UNICAMP (2010-2012 Nota 7); Ciência de Alimentos – UFSC (2010-2012 Nota 6); Ciência de Alimentos – UFLA (2010-2012 Nota 5) e Engenharia de Alimentos – UFSC (2010-2012 Nota 6). Para estes PPGs, os valores calculados para o Item 4.1 (produção A1 – A2 com discente) foram: UNICAMP-EA: 2,65; UNICAMP-CA: 1,99; UFSC-CA: 1,71; UFLA: 1,33 e UFSC-EA: 1,29.

## VI.2 – Cursos de Mestrado Acadêmico

Análise análoga foi feita para os cursos de mestrado acadêmico. A Tabela 3 mostra as notas dos cursos de mestrado acadêmico. O destaque foi o curso de mestrado em Ciência de Alimentos oferecido pela Universidade Federal da Bahia. Da análise comparativa das notas a decisão consensual da Comissão foi pela atribuição de nota 4 ao curso da UFBA e atribuição de nota 3 aos demais cursos.

Tabela 3: Resumo das Notas dos Cursos de Mestrado Acadêmico

IES	Quesito 1	Quesito 2	Quesito 3	Quesito 4	Quesito 5
FUFSE	2,98	3,23	2,35	0,51	2,34
FUPF	3,75	2,73	1,64	0,36	2,52
IFCE	2,19	3,30	2,07	0,21	2,13
IFMT	2,06	3,22	2,10	0,23	1,81
UFBA	3,00	3,44	2,56	1,01	2,95
UFES	2,01	2,85	2,42	0,27	0,84
UFPB/JP	2,18	3,42	1,52	0,30	1,38
UFRPE	2,01	2,99	1,91	0,26	1,79
UFT	2,36	2,55	1,62	0,17	1,56
UNOPAR	1,89	3,21	2,15	0,28	0,69
UTFPR	2,48	3,55	1,57	0,70	1,73

Dentre os cursos de mestrado acadêmico avaliados observamos que o curso de Ciência de Alimentos da UFBA apresentou destaque em todos os quesitos (Tabela 3). Além da UFBA, outros cursos também apresentaram bom desempenho. Para a ponderação das Notas dos cursos, especial atenção foi dada para os Quesitos 3 e 4 da Ficha de Avaliação. As Figuras 11 e 12 mostram o comportamento dos Quesitos 3 e 4 com seus subitens, respectivamente. Observando as figuras verifica-se que o curso da FUFSE apresentou bom desempenho no Quesito 3 (especialmente nos subitens 3.1 e 3.4 da Figura 11), entretanto não alcançou bom desempenho no Quesito 4 (Figura 12). Em contrapartida o curso da UTFPR apresentou bom desempenho no Quesito 4 (particularmente nos subitens 4.1 e 4.2 da Figura 12), mas não apresentou bom desempenho para o Quesito 3 (Figura 11). Por conta disto, estes cursos ainda não foram considerados aptos para alcançarem

conceito 4, que demanda uma combinação positiva entre os quesitos 3 e 4, para assegurar a consolidação do curso.

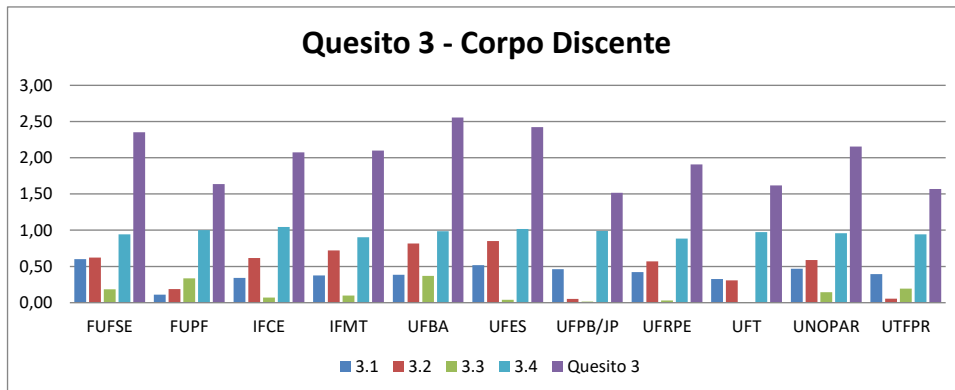


Figura 11. Notas dos PPGs que ofertam ME para o Quesito 3.

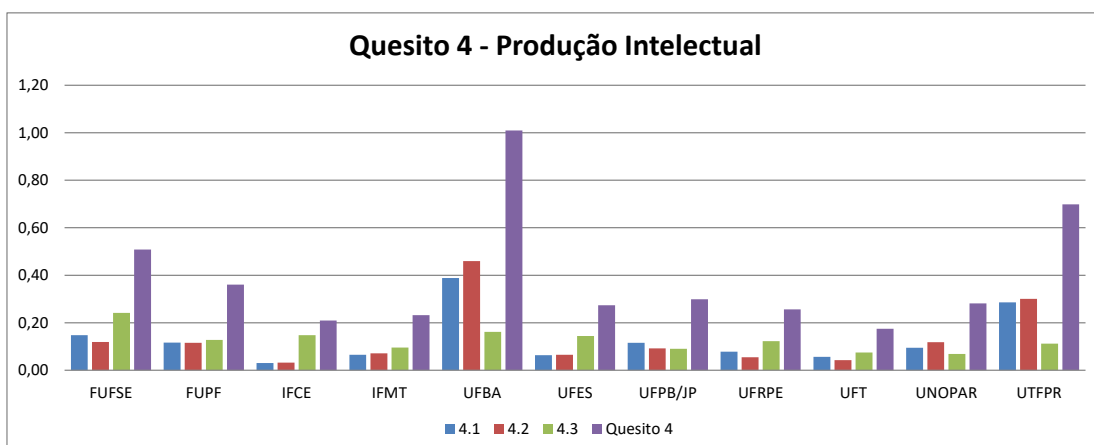


Figura 12: Notas dos PPGs que ofertam ME para o Quesito 4.



## VI.1 - Cursos de Mestrado Profissional

Em todos os itens dos quesitos as notas e conceitos dos programas foram avaliados por ano e utilizada o valor médio do período. O conceito do item foi atribuído utilizando-se os valores médios. A avaliação do Quesito 1 foi feita de forma similar à dos cursos acadêmicos.

### QUESITO 2

2.3 A comissão considerou como MUITO BOM a relação de 1 titulado/docente permanente/ano (50% regular, 75% bom e 100% muito bom).

### QUESITO 3

3.1 O fluxo discente foi obtido através da relação entre os alunos matriculados e titulados.

3.2 Foi avaliado o número de trabalhos de conclusão de curso que possuem pelo menos uma produção.

3.3 A aplicabilidade dos trabalhos de conclusão de curso com o setor produtivo foi avaliada através da leitura dos resumos disponíveis na plataforma sucupira.

### QUESITO 4

Para obtenção dos conceitos neste quesito a comissão utilizou os valores encontrados em todos os programas avaliados e traçou uma distribuição média entre o menor e maior valor encontrado. Assim os limites utilizados nos itens foi:

4.1 Produção tecnológica qualificada (A1 a B2; T1 a T3) por docente permanente:

QUALIS Tecnológico  $\leq 0,08$  INSUFICIENTE,  $\geq 0,33$  FRACO,  $\geq 0,66$  REGULAR,  $\geq 0,99$  BOM,  $\geq 1,00$  MUITO BOM.

QUALIS Periódicos  $\leq 0,08$  INSUFICIENTE,  $\geq 0,63$  FRACO,  $\geq 1,26$  REGULAR,  $\geq 1,89$  BOM,  $\geq 1,90$  MUITO BOM.

4.2 O Equivalente T1 foi calculado utilizando a estratificação da produção técnica dos programas de acordo com a seguinte equação:  $Eq T1 = ((T1 \times 1 + T2 \times 0,8 + T3 \times 0,65 + T4 \times 0,35 + T5 \times 0,15)) / 4$

4.3 Produção tecnológica total (A1 a B5; T1 a T5) por docente permanente:

QUALIS Tecnológico  $\leq 0,58$  INSUFICIENTE,  $\geq 0,73$  FRACO,  $\geq 1,46$  REGULAR,  $\geq 2,12$  BOM,  $\geq 2,13$  MUITO BOM.

QUALIS Periódicos  $\leq 0,14$  INSUFICIENTE,  $\geq 0,38$  FRACO,  $\geq 0,77$  REGULAR,  $\geq 1,15$  BOM,  $\geq 1,16$  MUITO BOM.

4.4 A comissão considerou como MUITO BOM a relação entre a produção Qualis tecnológico e Qualis periódico (60:40) de 1,5. Com os valores obtidos pelo programa a comissão fez uma distribuição mediana  $\leq 0,30$  INSUFICIENTE,  $\geq 0,50$  FRACO,  $\geq 0,75$  REGULAR,  $\geq 1,1$  BOM e  $\geq 1,2$  MUITO BOM.

Da análise comparativa dos resultados mostrados na Tabela 4 decidiu-se pela manutenção na nota 4 para o curso da Universidade federal de Juiz de Fora e de manutenção da nota 3 para os demais cursos. Notou-

se na avaliação que alguns cursos têm uma importante produção no QUALIS periódico, mas, que não está vinculada a discente do curso, ou seja, são atividades dos docentes do curso, mas não do curso e seus discentes.

**Tabela 4: Resumo das Notas dos Cursos de Mestrado Profissional**

IES	Quesito 1	Quesito 2	Quesito 3	Quesito 4	Quesito 5
UFJF	60,75	69,35	50,48	58,91	79,50
IFRJ	51,75	72,01	50,20	48,28	44,61
UTFPR	87,00	79,03	51,59	28,93	66,98
IFTM	67,75	73,20	49,74	24,10	92,65
IFSudesteMG	88,00	81,6	42,66	49,34	93,18
*IFTM	-	-	-	-	-
*IFGoiano	-	-	-	-	-
*UFPEL	-	-	-	-	-

\*Cursos em acompanhamento.

## VI.4 – Conclusões

A Comissão de Avaliação considerou que, apesar de ser a primeira avaliação quadrienal utilizando a compilação dos dados da Plataforma Sucupira, foi possível fazer uma boa avaliação do desempenho dos PPGs. Isto porque, a qualidade dos dados apresentados, de maneira geral, foi muito boa, exceto por poucos programas em acompanhamento, que não produziram relatórios que permitissem a adequada observação do seu desempenho.

Além disto, é importante destacar que grandes mudanças aconteceram durante o período de avaliação (Quadriênio 2013-2016), como a alteração na concepção do QUALIS da Área, além de outras variações menores na Ficha de avaliação. Por conta disto, alguns PPGs não apresentaram o desempenho esperado.

Em comparação com as avaliações anteriores não aconteceram grandes modificações no cenário geral, mas, pôde-se observar que PPGs com notas 5, 6 e 7 podem ser encontrados em IESs fora do estado de São Paulo, como já havia acontecido na última avaliação: Naquele triênio, um PPG do estado de Minas Gerais perdeu a nota 6, por sua vez, dois PPGs do estado de Santa Catarina obtiveram a nota 6. Nesta avaliação, estão no grupo de excelência PPGs dos estados de Minas Gerais (UFLA), Santa Catarina (UFSC, CA e EA) e São Paulo (UNICAMP, EA e CA). E, merece destaque os desempenhos dos PPGs dos estados do Rio Grande do Sul (UFPEL e UFRGS) e do Paraná (UEM-CA).

ANEXO

Programas com respectivas nota e nível (Estão indicadas com \* notas revisadas nas reuniões 172 e 173 do CTC-ES)

Código do PPG	Instituição de Ensino (IES)	Sigla IES	Nome do PPG	Nível	Nota
33003017027P1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	CIÊNCIA DE ALIMENTOS	ME/DO	7
33003017029P4	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	ME/DO	7
32004010005P5	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	CIÊNCIAS DOS ALIMENTOS	ME/DO	6
41001010021P7	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	CIÊNCIAS DOS ALIMENTOS	ME/DO	6
41001010046P0	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	ME/DO	6
42004012005P0	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	ENGENHARIA E CIÊNCIA DE ALIMENTOS	ME/DO	5
40004015034P4	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	CIÊNCIA DE ALIMENTOS	ME/DO	5
42003016009P9	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME/DO	5
40001016019P6	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	ME/DO	5
42001013079P4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME/DO	5
32002017013P1	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME/DO	5
33004153070P3	UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/SJR. PRETO	UNESP/SJRP	ENGENHARIA E CIÊNCIA DE ALIMENTOS	ME/DO	5
33003017028P8	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME/DO	5
33003017042P0	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	ALIMENTOS E NUTRIÇÃO	ME/DO	5
33002010101P0	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	CIÊNCIAS DOS ALIMENTOS	ME/DO	5
21001014020P0	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	FUFPI	ALIMENTOS E NUTRIÇÃO	ME/DO	4
40002012003P9	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	CIÊNCIAS DE ALIMENTOS	ME/DO	4

40005011007P3	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME/DO	4
28006011004P6	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	ENGENHARIA E CIÊNCIA DE ALIMENTOS	ME/DO	4
22001018017P2	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME/DO	4
52001016029P5	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME/DO	4
32001010031P3	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	CIÊNCIAS DE ALIMENTOS	ME/DO	4
15001016038P0	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME/DO	4
24001015025P0	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	UFPB/J.P.	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME/DO	4
31001017112P0	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	CIÊNCIA DE ALIMENTOS	ME/DO	4
31002013006P2	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME/DO	4
42002010013P3	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DOS ALIMENTOS	ME/DO	4
33004030055P6	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ARARAQUARA	UNESP/ARAR	ALIMENTOS E NUTRIÇÃO	ME/DO	4
31021018017P1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	ALIMENTOS E NUTRIÇÃO	ME/DO	4
42010012001P0	UNIV. REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	URI	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	ME/DO	4
33002010209P6	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	ME/DO	4
33002037015P8	UNIV.DE SÃO PAULO/ESCOLA SUP. DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ	USP/ESALQ	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME/DO	4
28001010057P4	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	CIÊNCIA DE ALIMENTOS	ME	4
27001016016P0	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	FUFSE	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME	3

42009014010P5	Fundação Universidade de Passo Fundo	FUPF	Ciência e Tecnologia de Alimentos	ME	3
22008012002P0	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	IFCE	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME	3
50005014001P3	INSTITUTO FED. DE EDUC., CIÊNC. E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO	IFMT	Ciência e Tecnologia de Alimentos	ME	3
33299013001P1	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ITAL	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME	3
41002016164P5	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME	3
40004015073P0	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	ME	3
30001013046P5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	Ciência e Tecnologia de Alimentos	ME	3
41020014010P9	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME	3
51005018171P9	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME	3
24001015054P0	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	UFPB/J.P.	TECNOLOGIA AGROALIMENTAR	ME	3
25003011021P0	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME	3
16003012012P6	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME	3
32010010044P7	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	ME	3
40006018016P9	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	Tecnologia de Alimentos	ME	3
40024016002P9	UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ	UNOPAR	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE LEITE E DERIVADOS	ME	2
52010015103P6	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	IFGoiano	PÓS GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	MP	3

31050018002P3	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	IFRJ	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	MP	3
32044011001P3	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	IFSUDESTEMG	Ciência e Tecnologia de Alimentos	MP	3
32082010001P8	INSTITUTO FED. DE EDUC. CIÊNC. E TEC. DO SUL DE MINAS GERAIS	IFSULDEMINAS	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	MP	3
32048017001P9	INSTITUTO FED. DE EDUC., CIÊNC. E TECN. DO TRIÂNGULO MINEIRO	IFTM	Ciência e Tecnologia de Alimentos	MP	3
32005016028P8	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO LEITE E DERIVADOS	MP	3
42003016054P4	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	MP	3
40006018015P2	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	Tecnologia de Alimentos	MP	3